



MANDATO 2017-2021

NONA SESSÃO ORDINÁRIA

ATA Nº15

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na Biblioteca da Escola Nuno Gonçalves, sita na Avenida General Roçadas, em Sessão Ordinária, sob a presidência em exercício de Nuno José Simões Carvalho, coadjuvado pelo Primeiro Secretário em exercício, António Neira Nunes, e pelo Segundo Secretário em exercício, João Carlos Ventura Ramos. -----

Assinaram a Lista de Presenças, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: -----

Pelo Partido Socialista: -----

José de Carvalho Ferreira, Maria de Fátima Carmona Travancinha Leal Gil, Maria Luíza Correia Valente, Maria de Fátima Duarte Dias do Carmo e Dina Esmeralda Gomes do Monte; -----

Pelo Partido Social Democrata: -----

Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Maria de Lourdes Dionísio Duarte Borges e João Paulo Bernardo Farrim; -----

Pelo Partido Comunista Português: -----

Daniel Alexandre Machado de Oliveira e Carlos Alberto Marques Tibúrcio; -----

Pelo Bloco de Esquerda: -----

Rui Emanuel Antunes de Seixas; -----

Pelo Partido do Centro Democrático Social/Partido Popular: -----

Pedro Raul Pires Dias de Calheiros Cardoso; -----

Pelo Pessoas-Animais-Natureza: -----

Filipe Tiago Pimentel Rações; -----

O *Senhor Presidente em Exercício da Mesa da Assembleia* saudou os presentes e deu início aos trabalhos. Informou que os inscritos para o Ponto Um dispunham de 5 minutos para intervir. -----

PONTO NÚMERO UM

Intervenção do Público

O Senhor **Teodósio Gerardo**, saudou os presentes, questionou o executivo sobre a substituição dos contentores do lixo, na Avenida Mouzinho de Albuquerque, por ecoilhas, dado que os ratos já eram maiores do que coelhos, existindo o problema há vários anos, e não sabia quem o tinha de resolver, se a Junta de Freguesia se a Câmara. -

Referiu, também, que junto ao parque infantil da Mouzinho de Albuquerque, o passeio junto à passadeira tinha 25cm de altura, dificultando a circulação e a passagem de pessoas com carrinhos de bebé, e solicitou a intervenção da Junta nessa situação. -----

Solicitou a marcação do pavimento da Avenida Mouzinho de Albuquerque, da rotunda para baixo, tendo as lombas de ferro sido retiradas sem que fossem substituídas, passando pela via centenas de carros por dia a grande velocidade sem que ninguém resolvesse o problema. -----

Referiu que o estacionamento na Avenida Mouzinho de Albuquerque era quase inexistente da rotunda para baixo, sem que fosse assegurado o estacionamento para os moradores, e os poucos espaços que existiam eram ocupados por pessoas de fora, solicitando a resolução daquele problema. -----

Por fim, solicitou à Junta de Freguesia o corte dos arbustos junto à creche da Avenida Mouzinho de Albuquerque. -----

O **Senhor Presidente em Exercício da Mesa da Assembleia** informou que aquela Sessão não estava, excecionalmente, a ser transmitida no canal de Youtube da Junta devido a problemas técnicos do equipamento. -----

O Senhor **Manuel Pimenta**, morador na Rua Actor Vale, saudou todos os presentes, e indicou que no pouco tempo que morava na Freguesia já tinha usufruído das vantagens e desvantagens de residir na Freguesia, querendo expor a situação que tinha vivido recentemente. -----

Dada a gravidade do problema, estava em crer que a situação já teria sido debatida em sede de Executivo ou a té mesmo em Assembleia de Freguesia, mas achava bom acrescentar mais um relato como evidência, referindo que já tinha sido autarca noutra

Freguesia. Relatou que nos dois anos em que morava na Freguesia já tinha visto o seu carro ser bloqueado pela EMEL três vezes, algo que nunca antes lhe tinha acontecido, e tal tinha acontecido por ter chegado a casa depois das 20h, tendo sido impossível estacionar a sua viatura legalmente num raio de quatro quarteirões e, devido a imprevistos, não tinha conseguido chegar à sua viatura antes do começo do horário de expediente da EMEL. -----

Indicou que tinha plena noção de que não se estava a dirigir ao quase inexistente apoio ao cliente da EMEL, empresa que tinha bem noção das suas práticas predatórias e como tal expunha-se pouco ao público, e considerava, numa última análise, que a responsabilidade era das autarquias e dos seus Executivos, fossem eles locais ou municipais. -----

Indicou que qualquer outro contexto de negócio, as condições de monopólio eram, em regra geral, bastante reguladas, havendo um controlo sério das contrapartidas exigidas à entidade que detinha o monopólio de forma a garantir que o serviço prestado ao cliente não se degradava por aquela mesma condição de controlo absoluto, o que não acontecia no caso da EMEL, uma vez que o direito de serem os únicos a cobrar para estacionar na via pública não tinha como contrapartida a manutenção do seu estado e das condições de estacionamento, ou se o tinham não lhes era exigido que a cumprissem, que o direito de poderem multar cidadãos que cometessem ilegalidades, em regime de equivalência a Agentes de Autoridade, não tinha como contrapartida a garantia de alternativas legais para aqueles mesmos cidadãos, ou se as tinham não lhes era exigido que as cumprissem, e que o direito do seu modelo de negócio poder invadir zonas de habitação não tinha como contrapartida a garantia de estacionamento para os residentes, pois os dísticos eram emitidos com pouco, ou nenhum, controlo da capacidade de estacionamento da zona, e se havia alguma contrapartida não lhes era exigido que a cumprissem. -----

Indicou que o mais irónico de tudo era que no seu primeiro mês de residência na Freguesia, apesar do desprate dos seus horários e da audácia dos seus imprevistos, tinha cometido a rebeldia de garantir um dístico de residência que, em nenhuma das

situações acima referidas lhe tinha salvaguardado o direito ao estacionamento, antes pelo contrário. -----

Continuou dizendo que a EMEL, como qualquer outra empresa focada nos seus resultados financeiros, exigia aos seus colaboradores o máximo de zelo na criação de oportunidades de negócio, atuando cidadãos, e como tal, fazia todo o sentido, numa zona com manifesto potencial financeiro associado à falta de capacidade de estacionamento, que fossem particularmente zelosos. -----

Posto aquilo, e deixando bem claro o seu desconhecimento quanto às responsabilidades contratuais oferecidas à EMEL, gostava de exercer o seu direito enquanto freguês e pedir ao Executivo que defendesse o seu direito ao estacionamento na zona onde residia e pelo qual pagava, dado que o problema de estacionamento não era inevitável, havendo sempre formas de o resolver ou de o atenuar, de forma politicamente confortável, dando algumas sugestões que, admitia, careciam de mais informação. -----

Referiu que havia uma alteração ao Regulamento Geral de Estacionamento, que permitia às Freguesias exercer discricção consoante as suas realidades que eram, em muitos casos, dispares em relação ao resto da Cidade, e se fosse esse o caso da Freguesia, exigia que a Freguesia reduzisse o número máximo de dísticos por imóvel, não devendo ser permitida a emissão de dísticos para a segunda ou terceira viatura. ----

Dado que a EMEL apenas intervinha nas Freguesias a pedido, pedia-se a fiscalização noturna dos dísticos, pois era nessa altura que os mesmo contavam, mas apenas quando garantida a quantidade de estacionamentos e a imposição de limites anteriormente referida. -----

Exigia-se, também, mais focos de estacionamento dentro da Freguesia, fossem eles exteriores ou em silos, acessíveis gratuitamente a quem possuísse o dístico de residente na Freguesia. -----

Finalizava com um apelo. Se tivesse havido algo com o qual se tinham comprometido quando tinham sido eleitos tal tinha sido com a salvaguarda das condições de vida dos Fregueses, dos quais ainda fazia parte, solicitando que a Junta fizesse a sua parte e caso precisassem de ajuda, podiam solicitá-la junto aos moradores

que sentiam os problemas na pele e, caso já estivessem a protagonizar aquelas lutas, e já tivessem reivindicado e agido sobre aquelas alternativas, agradecia o trabalho do Executivo, mas tardava o impacto visível. -----

Pedi desculpa pela sua inscrição tardia, mas referiu que estava complicado estacionar na zona. -----

O Senhor **Jorge Manuel Neves**, morador na Rua da Penha de França, saudou os presentes e referiu que costumava vir dizer coisas que estavam mal, mas que iria dizer que, finalmente, depois de ter falado da Assembleia Descentralizada da CML e ali na Assembleia de Freguesia, o candeeiro junto à Vila Rosário já se encontrava a funcionar, um ano e tal depois. Indicou que o candeeiro da Rua Artur Paiva, junto à Avenida Mouzinho de Albuquerque, que tinha indicado na mesma altura do outro, ainda continuava com o mesmo problema, havendo pessoas com carrinhos de bebés a ter problemas a passar naquela rua. -----

Referiu-se, também, a outra situação que já tinha reportado, tanto enquanto elemento do público como enquanto Membro da Assembleia, nomeadamente na Rua dos Baldaques, tendo ficado bastante espantado ao ver os carros que lá se encontravam estacionados presenteados com um envelope da EMEL e, tendo em conta que a obrigação da Junta era defender os seus fregueses, ainda não tinha feito nada naquele sentido, continuando os fregueses a pagar enquanto a EMEL diz que tem a indicação de que a zona teria parquímetro e a CML a dizer que o arruamento não estava contemplado. Indicou que parecia haver falta de diálogo entre a Junta e a CML, que eram do mesmo Partido, mas não havia entendimento sobre a questão. -----

Referiu que tinha outra questão a colocar, que lhe tocava um pouco mais, e que dizia respeito à Proteção Civil. Indicou que desde 2010 que se encontrava inscrito como voluntário, e provavelmente era único que estava desde o início, e tinha reparado que apesar do investimento anterior nas formações, tendo sido feito algum trabalho, mas que desde a saída do Chefe de Divisão Rui Mourinha tinha havido um retrocesso, questionando se havia algum interesse em terminar o projeto, o que achava mau, apelando à mudança de atitude da Junta de Freguesia quanto à Proteção Civil. Indicou também de que havia a promessa de publicação de artigos referentes à Proteção Civil na

Revista da Junta, também como meio de angariação de voluntários, mas tal não tinha ainda acontecido. Indicou que quando se envolvia num projeto o fazia de alma e coração e que o levava até ao fim, e não estava a ver empenho nenhum na Proteção Civil. -----

Relativamente à limpeza e a higiene, indicou que casou houvesse uma chuvada grande, haveriam inundações na Freguesia, tendo em conta que as sargetas se encontravam cheias de folhas, questionando onde estava a prevenção, deixando o alerta ao Executivo. -----

Relativamente ao incêndio que tinha ocorrido, indicou que o mesmo não tinha sido mais perigoso porque tinha chateado a Senhora Presidente, a D. Capitolina e a CML, e tinha tido o privilégio de, no dia em que tinha passado a procissão, informar a Polícia Municipal sobre o estado do terreno em frente aos Correios (da Av. General Roçadas) entre os dois parques de estacionamento, onde se encontravam seis romenos e onde o mato era mais alto do que uma pessoa, tendo a Polícia Municipal agido e retirado os romenos dali. -----

O **Senhor Presidente em exercício da Mesa** informou o munícipe de que já tinha excedido o seu tempo de intervenção. -----

O Senhor **Jorge Manuel Neves** indicou que tinha apenas mais uma situação e que seria breve. Concluiu dizendo que se o terreno não tivesse sido limpo as consequências do incêndio tinham sido mais graves, e caso pusessem novamente fogo no local, arderia tudo novamente, exemplificando que tinham feito limpeza de um terreno junto à Rua Lopes e que tinham deixado lá o lixo todo. -----

O Senhor **Fernando Manuel Ferreira**, morador na Rua dos Baldaques, saudou os presentes, e referiu que a ação da EMEL era uma coisa assustadora, tendo lá estado recentemente e dito que se podia estacionar com uma roda em cima do passeio quem descia, à esquerda, devendo ser permitido apenas estacionar quem descia mas à direita, havendo essa questão há muitos anos sem que fosse um problema, indicando que a única solução era concessionar a zona, dando aos moradores o direito a estacionar, e alertou para os sinais de trânsito, impercetíveis a quem descia, sem os condutores terem a noção de que a rua não tinha saída, sugerindo a colocação de sinal indicativo mais à

frente em conjunto com um de estacionamento proibido, dado que a maioria desconhecia e estacionava em cima do passeio. Solicitou a colocação de pilaretes para impedir o estacionamento em cima do passeio, à direita, e a possibilidade de estacionar ligeiramente em cima do passeio, sem que fossem sujeitos a multa, de forma a permitir a entrada de um veículo de emergência maior por qualquer motivo. -----

Indicou que devido aos maus estacionamentos feitos do lado direito, prejudicava os estacionamentos feitos do lado esquerdo e também prejudicava as manobras das viaturas, sendo todas multadas pela EMEL de igual forma, caso tivessem estacionadas em cima do passeio, por força das circunstâncias. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, saudou os presentes. -----

Relativamente ao indicado pelo Senhor Teodósio Gerardo, indicou que a instalação de ecopontos subterrâneos na Avenida Mouzinho de Albuquerque já tinha sido solicitada à CML, havia já bastante tempo, sendo aquele pedido renovado consistentemente, tendo a informação da CML de que a instalação seria para breve. -----

Referiu que o mesmo se aplicava à questão do trânsito na rua, que era bastante complicado, incluindo as questões dos passeios altos, lombas e estacionamento, para as quais a CML não tinha qualquer explicação para dar, tendo já sido pedida à CML a delegação de competências para mexer no estacionamento desde a zona da Freguesia de São Vicente até à Praça Paiva Couceiro, tendo o Executivo conhecimento de vários acidentes, atropelamentos e, inclusive, mortos, tendo sido solicitada à CML a colocação de um radar. Lamentou que até à data não tinha havido qualquer método instalado pela CML que tivesse tido resultados, desde a semaforização que não era respeitada, nem as lombas. Indicou que ia ter uma reunião com o Senhor Vereador da Mobilidade e Transportes, na segunda-feira seguinte, e que voltaria a insistir naquelas questões. -----

Relativamente à questão das bocas de incêndio e dos incêndios, indicou que a Junta de Freguesia não tinha qualquer competência sobre as mesmas, comunicando à CML o não-funcionamento das mesmas, procedendo, posteriormente, o Regimento de Sapadores Bombeiros à reparação das mesmas. Referiu que não tinha qualquer informação da CML quanto ao não-funcionamento das bocas de incêndio das Torres do

Alto da Eira, não tendo ainda recebido o relatório sobre o incêndio, encontrando-se o mesmo pedido, tendo informação de que aqueles relatórios demoravam 15 dias a ser elaborados. Refutava, liminarmente, que a Junta tivesse pedido o encerramento de quaisquer bocas de incêndio, pedindo sempre à CML que as consertasse aquando da deteção de alguma avaria. -----

Relativamente às oficinas, indicou que estavam localizadas na área do Vale de Santo António e que aguardavam, havia muito tempo, pelo projeto de urbanização, cuja realização estaria mais perto com a concretização do Programa de Renda Acessível no Vale de Santo António, e as oficinas teriam o seu destino nessa altura, dado que a ocupação de terreno municipal era ilegal e o desenvolvimento daquela atividade provavelmente também o seria, não sendo competência da Junta fiscalizar aquelas atividades, embora a questão fosse suscitada periodicamente aquando do pedido de limpeza dos terrenos municipais. -----

Relativamente à questão do incêndio, indicou que a Junta tinha solicitado a limpeza do terreno, nos termos da lei, à Câmara Municipal. O que acontecia era que a erva voltava a crescer e aquele verão estava a ser muito atípico, e o matagal não estava seco, mas as limpezas tinham acabado de ser feitas, constatando a existência de combustível, mas, tal como levantado pelo Jorge Neves, estava, de facto, um acampamento ilegal na Avenida General Roçadas, que foram retirados, e a limpeza do terreno tinha sido realizada logo a seguir. Indicou que, sendo aquele terreno um baldio, estaria sempre sujeito imponderáveis daqueles, e aquele dia em concreto era um dia de risco de incêndio muitíssimo elevado. -----

Relativamente às questões da EMEL, indicou que o novo Regulamento da EMEL estava em consulta pública, e cujas alterações respondiam, de alguma forma, às questões colocadas pelo morador Manuel Pimenta, nomeadamente a questão do segundo e terceiro carro, que seria encarecido o valor do dístico, justamente pela ideia do espaço limitado, sendo essa uma das maneiras de consciencializar os moradores de que o espaço era finito. Indicou que a ideia da Junta, relativamente às questões levantadas, era de que a situação de estacionamento era bem pior antes da entrada da EMEL, sendo bastante mais difícil estacionar na Rua Actor Vale e imediações antes, e

de tal maneira que a EMEL tinha intervindo naquela zona antes de todas as outras, também porque já estava enquadrada numa zona que já vinha de Arroios, tendo toda aquela zona residencial um grave problema de estacionamento, que tinha piorado com a construção da estação de metro com ligação ao aeroporto, havendo relatos de viajantes que estacionavam as suas viaturas na zona da Alameda, sendo esse problema anterior à vinda da EMEL e a demonstração que tinham era de que a situação tinha melhorado naquela zona, mas a vinda da EMEL não resolvia o problema dado o espaço finito, havendo mais pessoas com carro do que espaço de estacionamento existente, e também por não haver fiscalização durante a noite, sobretudo quando haviam mais carros, sendo o problema mitigado durante o dia. Sugeri ao município que enviasse sugestões à EMEL dado que o Regulamento se encontrava em consulta pública, não podendo a Junta de Freguesia intervir. -----

Relativamente à intervenção do Jorge Neves, indicou que ficava satisfeita com a resolução de problemas, e tal como o município sabia, a resolução de problemas relacionados com a iluminação pública era competência da EDP, havendo uma grande demora na resposta aos pedidos da Junta, e indicou que ia reforçar o pedido relativo à Rua Artur Paiva, na esperança e que tivesse a mesma solução que teve o candeeiro junto à Vila Rosário. -----

Relativamente à Rua dos Baldaques, indicou que a questão não era muito distinta da situação da Rua Barão de Sabrosa, sendo que o Código da Estrada era claro relativamente onde haviam condições de segurança para haver estacionamento, vivendo numa situação em que se tentava equilibrar as questões de estacionamento com questões de haver necessidade de haver circulação de carros de maiores dimensões, operações de emergência e de socorro, sendo um equilíbrio difícil de conseguir sendo que, com a intervenção da EMEL, os não moradores ficavam de fora, com toda a certeza, uma vez que não teriam direito a dístico, sendo que as zonas não tarifadas era alvo de estacionamento oportunista de frotas de empresas das mais variadas, havendo vários relatos da PSP de situações daquelas. -----

Referiu que a melhor forma inventada até à altura de proteger os moradores era através da intervenção da EMEL, justamente porque punha de fora todos aqueles estacionamento de pessoas que nada tinham a ver com a Freguesia. -----

O *Senhor Presidente em exercício da Mesa* alertou que não podia haver diálogo com o Executivo, tendo os moradores colocado as suas questões e estando a ouvir as respetivas respostas. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, indicou que a Junta de Freguesia não podia proteger os moradores sem a intervenção da EMEL, não havendo outra forma, mas o que acontecia nas zonas de intervenção era a existência de ruas com bastante dificuldade em estacionar e de compatibilizar o estacionamento, nomeadamente em ambos os lados da via, com a circulação, já para não falar da circulação de veículos maiores. -----

O *Senhor Presidente em exercício da Mesa* alertou novamente que o público não podia intervir e que de acordo com as regras estavam a desrespeitar a Assembleia, uma vez que o Regimento da Assembleia dava 5 minutos a cada munícipe para intervir, não se tendo sequer inscrito o munícipe em questão para intervir, encontrando-se a acompanhar um munícipe que se tinha inscrito. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, indicou que o comentário do munícipe nem merecia resposta e que iria terminar o seu raciocínio prévio. -----

Referiu que nas ruas onde haviam problemas, o que a Junta estava a pensar pedir, em semelhança ao sucedido na Calçada do Poço dos Mouros, era a pintura das faixas M12, que acabavam por ser muito mais eficazes, dado que a coima era muitíssimo superior, havendo uma maior tendência de respeito, e o que a Junta tentava sempre fazer era salvar o maior número de lugares, dentro do que fosse legal, sendo sempre confrontados com aquele equilíbrio de interesses, tentando não prejudicar excessivamente a posição dos moradores que se sabiam ter dificuldades em estacionar, mas tentava-se cumprir o Código da Estrada de uma forma segura. Referiu que os pilaretes eram um obstáculo à circulação de cegos e como tal traziam outros problemas. Era aquela a solução que

estava a ser pensada para a zona, que não era fácil, havendo ruas diferentes com problemáticas próprias e onde se tentava encontrar um equilíbrio. -----

O *Senhor Presidente em exercício da Mesa* alertou o Senhor Teodósio de que o Executivo já lhe tinha dado as respostas às questões que tinha colocado e já não havia mais tempo para intervenção. -----

O Deputado *Afonso Pereira Costa*, do PSD, desejava fazer uma interpelação à Mesa, solicitando que fosse convocada a Comissão de Líderes para que fosse feita uma revisão ao Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

O *Senhor Presidente em exercício da Mesa* indicou que seria transmitido à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia. -----

Referiu que, por lapso, não tinha indicado os pedidos de substituição nem o pedido de renúncia de mandato. -----

Indicou que tinha dois pedidos de substituição, um da senhora Presidente da Mesa, Maria Luísa Vicente Mendes, por um período de quatro dias, e outro da senhora Deputada Elsa Sacramento, do PS, por doença. -----

Relativamente ao Pedido de Renúncia, da senhora deputada Ana Cristina Rato Neno, do BE, indicou que após a receção daquela renúncia tinha sido contactado o elemento seguinte da lista do BE, tendo sido marcado um dia para que pudesse tomar Posse, tendo o mesmo tido a deselegância de não ter comparecido nem de comunicar a sua ausência, o que era muito mau, pelo que tomaria Posse posteriormente. -----

----- **PONTO NÚMERO DOIS** -----

Atas Nº11 e Nº12

O *Senhor Presidente em exercício da Mesa da Assembleia* indicou que não tinha sido possível lavrar as Atas em tempo útil pelo que seriam apresentadas à Assembleia de Freguesia numa próxima Sessão. -----

PONTO NÚMERO TRÊS

Período antes da Ordem do Dia

O *Senhor Presidente em exercício da Mesa da Assembleia* indicou haviam dois Votos de Pesar, apresentados pelo BE, pelo que solicitava ao Membro do BE que os apresentasse. -----

O Deputado **Rui Seixas**, do BE, saudou todos os presentes, e agradeceu a aceitação daqueles dois Votos de Pesar já em cima da hora, mas pensava que, pela temática que abordavam, eram importantes, e passava à sua leitura. -----

– Voto de Pesar nº1 – pelo o falecimento de Lara Crespo -----

“Lara Crespo nasceu em Lisboa a 16 de junho de 1971, mas residia na cidade de Almada. Foi cofundadora, em conjunto com Eduarda Alice Santos, do Grupo Transexual Portugal, um coletivo pelos direitos das pessoas trans e contra a patologização da transexualidade. Foi também, desde os primeiros anos, organizadora da Marcha do Orgulho LGBTI de Lisboa. -----

Com um longo percurso no ativismo, principalmente a partir dos anos 2000, após o trágico homicídio de Gisberta, Lara Crespo esteve presente nos momentos marcantes da história do movimento trans em Portugal, tendo sido uma das ativistas pioneiras na luta contra a discriminação da qual foi vítima toda a sua vida. Nas suas entrevistas, blogs e partilhas, Lara descrevia como ainda era vítima de uma enorme discriminação não só social, mas também institucional, cultural e política. -----

Sempre incansável e corajosa lutadora, Lara, salientou ao longo da sua vida, a intersecção entre a transfobia e o machismo que torna as mulheres trans num grupo particularmente vulnerável e discriminado. “Somos (mulheres trans) discriminadas diariamente e continuamente”. A Lara deixou-nos no passado dia 9 de setembro após uma vida de luta, resistência e de ativismo. -----

Não aguentou a discriminação que ela própria combatia e denunciava, tornando-se mais uma vítima da sociedade transfóbica e opressiva para tantos e tantas transexuais. Devemos lembrar Lara para que estes não sejam os fins trágicos de quem não aguenta mais, mas também para lembrar o seu legado e o contributo incalculável que nos

deixou. A Lara será inspiração para todas as mulheres, homens, transexuais, que lutaram, lutam e lutarão para que todos e todas possam viver com dignidade, direitos, respeito e segurança. -----

Assim, a Assembleia de Freguesia da Penha de França reunida em 18 de Setembro de 2019, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

- *Expressar o seu profundo pesar pela morte da mulher e ativista que foi Lara Crespo, e expressar aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.”* -----

Por uma questão de coerência, leria também o segundo Voto de Pesar. -----

– Voto de Pesar nº2 – pelo o falecimento de Jorge Leite -----

“Faleceu no passado dia 24 de agosto Jorge Leite. -----

Portugal herda de Jorge Leite a obra do jurista insigne e o testemunho do cidadão imensamente solidário. -----

Foi reconhecidamente um pioneiro e um nome maior da afirmação do Direito do Trabalho em Portugal, seu professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e seu cultor num relacionamento pedagógico e cívico sempre disponível junto de sindicatos, associações de trabalhadores e movimentos de defesa dos direitos dos precários. A sua obra académica articulou sempre o rigor do jurista com o imperativo ético e político de valorização do homem e da mulher trabalhadora. À sua inspiração se devem muitas das soluções legislativas de consagração e proteção dos direitos dos trabalhadores em Portugal. -----

Foi um cidadão marcante da democracia no nosso país, que aliou a intervenção pública com a generosidade e a simplicidade. Foi deputado na I e II Legislaturas, eleito pelo PCP, e presidiu à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Foi um colaborador permanente e dedicado do movimento sindical, foi membro do Observatório das Crises e Alternativas e um dos dinamizadores do Congresso Democrático das Alternativas, de cuja Comissão Coordenadora fez parte. Nos anos da intervenção da Troika, Jorge Leite foi uma das vozes mais qualificadas e empenhadas na denúncia da desvalorização económica e pessoal dos trabalhadores.

Entre 2016 e 2018, integrou o Grupo de Trabalho para a elaboração de um Plano Nacional de Combate à Precariedade. -----

A vida de Jorge Leite é uma referência para todos os que lutam pela justiça social e pelos direitos do trabalho. A sabedoria e o sentido de justiça do seu magistério e da sua vida são um desafio à conformação da nossa sociedade por regras de equilíbrio e de respeito pelo trabalho e pelo trabalhador. -----

Assim, a Assembleia de Freguesia de Penha de França, reunida em 18 de Setembro de 2019, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro: -----

- *Expressar o seu profundo pesar pela morte de Jorge Leite e apresentar condolências à sua família e amigos, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.* -----

O **Senhor Presidente em exercício da Mesa da Assembleia** sugeriu adicionar ao texto do Voto de Pesar nº2 “fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem” e usar esse minuto de silêncio para ambos os Votos. -----

O Deputado **Rui Seixas**, do BE, concordou com a alteração. -----

O **Senhor Presidente em exercício da Mesa da Assembleia** passou à votação dos dois Votos de Pesar. -----

O Voto de Pesar nº1 obteve a seguinte votação: -----

	PS	PSD	PCP	BE	CDS/PP	PAN
Votos a favor	8	3	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-

O Voto de Pesar nº1 foi **Aprovado por Unanimidade** -----

O Voto de Pesar nº2 obteve a seguinte votação: -----

	PS	PSD	PCP	BE	CDS/PP	PAN
Votos a favor	8	3	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-

O Voto de Pesar nº2 foi **Aprovado por Unanimidade** -----

Foi cumprido um minuto de silêncio por ambos os Votos de Pesar. -----

O Deputado *Afonso Pereira Costa*, do PSD, indicou que seria sucinto, e que tinha duas questões a colocar, uma delas sobre um assunto já relatado pelo público, a EMEL, que era uma questão antiga, lamentando que os elementos do público já se tivessem ausentado, e indicou que a EMEL tinha sido uma questão importante da campanha eleitoral, tendo o PSD alertado de que iria acontecer o que estava a acontecer, havendo mais lugares de estacionamento durante o dia, mas que durante a noite o problema iria continuar a existir, não sendo verdade que a EMEL não fiscalizava no período noturno, mas dado que a zona indicada não era restrita a moradores, podendo qualquer pessoa estacionar, a EMEL não tinha de fazer essa fiscalização, terminando o horário de fiscalização às 19h00. Referiu que, pela primeira vez, e tinha ficado gravado, a Senhora Presidente tinha admitido que a EMEL não resolvia o problema, mas que apenas o mitigava durante o dia, precisamente o que o PSD tinha alertado durante a campanha eleitoral e era isso mesmo que se estava a provar, empurrando o estacionamento em massa para outras zonas não tarifadas da Freguesia, como a Avenida Afonso III, Mouzinho de Albuquerque, Calçada da Cruz da Pedra, entre outras. -----

Outra situação que a Senhora Presidente tinha referido, e que não era uma verdade absoluta, era que a Junta nada tinha a ver com o Regulamento da EMEL, dado que a Senhora Presidente, como Membro da Assembleia Municipal, por inerência, podia levar ao debate sobre o mesmo as propostas da Junta de Freguesia que achasse serem melhores para a Cidade e para a Freguesia, e como tal não era verdade que a Junta não podia atuar diretamente no Regulamento da EMEL, havendo ainda muito tempo para o debater, estando certo de que todas as Forças Políticas ali representadas, que tinham também assento na AML, apresentariam propostas para melhorar o Regulamento da EMEL. -----

Voltando à questão do incêndio, referiu que também tinha estado presente, não tendo ido ao Centro de Comando por não querer interromper os trabalhos e o seu bom funcionamento, tendo detetado a presença da Senhora Presidente e de alguns Membros do Executivo, mas tinha estado junto às Torres do Alto da Eira, e tinha verificado, *in loco*, que as bocas de incêndio não funcionavam. Confirmou que não era a

responsabilidade das Juntas de Freguesia a reparação das mesmas, mas sim reportar as avarias, e que essas mesmas avarias eram detetadas aquando das lavagens das ruas, mas referiu que com tão poucas lavagens realizadas nunca se iriam detetar avarias nas mesmas. E tendo em conta que, com seis anos de governo do PS na Freguesia, e tendo as obras nas Torres sido terminadas haviam três, a zona nunca tinha sido limpa nem lavada, pois aquelas bocas de incêndio nunca tinham funcionado, pensando estar na altura de o fazerem. -----

Deixava, também, a nota de que não era responsabilidade da Junta de Freguesia o corte das ervas na zona do Vale de Santo António, mas, no entanto, havia o princípio de subsidiariedade que a Senhora Presidente podia invocar caso decidissem, em reunião de Executivo, cortar as ervas na referida zona em caso de inação da CML, e as ervas não tinham sido cortadas havia muito tempo, e conforme o indicado pelo Jorge Neves estavam quase à altura de uma pessoa, e encontrando-se bastante lixo lá espalhado. Indicou que, felizmente, não tinha havido qualquer com pessoas, tendo havido sério risco de o fogo ter avançado, alertando para a Junta ter muita atenção a situações semelhantes, dados os muitos espaços expectantes existentes na Freguesia. -----

Lamentava que a CML não cumprisse a sua função, lamentava que a CML tivesse paralisado o projeto do Vale de Santo António, tendo já passado 14 anos, não podendo já ser culpa do PSD, esperando que o mesmo avançasse, em traços gerais, com o que pretendiam lá fazer, havendo pormenores com os quais iria discordar, mas esperava um avanço em breve, até porque a zona esperava por uma consolidação urbanística havia bastantes anos, não apenas aquela zona mas também a zona do Vale de Chelas e da Calçada das Lages. -----

Confessou, também, que tinha assistido a um ato que poderia ser considerado heroico, mas que era lamentável, que tinha sido ver pessoas a porem a vida em risco para irem salvar animais sem que tivessem qualquer utensílio, nomeadamente o IRA que tinha irrompido pelas chamas adentro para salvar meia dúzia de gatos que lá estavam, à revelia dos bombeiros, da Proteção Civil e da PSP, sendo da opinião de que essas ações não deviam de acontecer, uma vez que podiam lá ter ficado, mas apesar de todo o valor que dava à vida dos animais, dava mais valor à vida humana. -----

O Deputado **Filipe Pimentel Rações**, do PAN, saudou todos os presentes e agradeceu as quatro intervenções feitas pelo público, e indicou que ia começar a sua intervenção exortando a Senhora Presidente da prestar informações sobre o incêndio, mas uma vez que a Senhora Presidente já o tinha feito, solicitou que assim que o Executivo estivesse na posse do Relatório do mesmo que a Assembleia fosse informada sobre as conclusões do mesmo, uma vez que o Vale de Santo António, e outros lotes de terreno da Freguesia, estavam votados ao esquecimento, fossem eles particulares ou camarários, facto era quem eram autênticos barris de pólvora e que o mínimo rastilho, tendo havido longos períodos de seca extrema, trovoadas secas e mão criminosa, era muito fácil pegar fogo a um deles ou perder o controlo de uma queimada, que se encontravam expressamente proibidas pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, mas que eram comportamentos que cabiam a cada um. -----

Nesse sentido, solicitava à Senhora Presidente, enquanto chefe do Executivo, que tinha nas suas mãos a responsabilidade de zelar pela proteção de todas as pessoas e seres que moravam na Freguesia, bem como bens materiais e residências, que exigisse à CML, e não pedisse, que cumprisse os Regulamentos que fazia aprovar de Limpeza de Terrenos e que limpasse o que lhe pertencia, dado que o matagal das agora enegrecidas encostas do vale de Santo António era imenso. E como o Vale de Santo António, existiam outros tantos pela Avenida Mouzinho de Albuquerque acima, que constituíam sérias ameaças à segurança das populações. -----

Referiu que quando tinha visto o CDC da Proposta nº32/2019, tinha tido a esperança de que aquele trágico evento tivesse suscitado alguma atuação da Junta junto da CML, mas tal não tinha acontecido. Deixava o pedido para a Junta tomar as medidas necessárias para acautelar aqueles riscos, sendo um imperativo legal e, sobretudo, moral da Junta de Freguesia, e de todos os que ali se encontravam, de defender a população que os tinha eleito e que representavam. -----

Referiu que pretendia, também, abordar com a Senhora Presidente era a questão das Taxas de Licenciamento de Cães e Gatos, uma vez que no dia 18 de abril ainda estavam a ser cobradas taxas no Espaço Multiusos, meses depois de ter sido aprovado o Regulamento que isentava o pagamento de qualquer taxa, independente da categoria do

animal. Nesse sentido questionava a Senhora Presidente se sabia quantas cobranças irregulares tinham sido feitas e se já tinham sido tomadas as medidas necessárias para a devolução do dinheiro às pessoas, estando em incumprimento do próprio Regulamento, proposto pela própria Junta e aprovado em Assembleia de Freguesia. -----

Relativamente ao Jardim da Paiva Couceiro, solicitou que a Senhora Presidente prestasse um ponto de situação, uma vez que o mesmo parecia envolto numa esfera de imutabilidade, sem que se vissem alterações concretas e questionando até quando estaria assim o projeto, que parecia parado, indagando se a rede plástica temporária se tornaria permanente, lembrado que na altura tinha alertado para a ineficácia daquela mesma rede e tendo sugerido que a Junta de Freguesia, junto da CML, requisitasse patrulhas apeadas da Polícia Municipal para fiscalizar, efetivamente, o espaço público, para que o incumprimento dos Regulamentos Municipais em matéria de Resíduos Urbanos fosse cumprido, dado que era aquele o objetivo da colocação da rede – para evitar comportamentos não-cívicos. Referiu que na realidade tal não acontecia, podendo as pessoas saltar a rede, se assim o quisessem, mas as patrulhas da Polícia Municipal teriam o efeito dissuasor necessário, dado que enquanto estavam a arranjar um dos lados, um dos outro três estava a ser estragado, solicitando esclarecimentos sobre quando estaria a obra pronta. -----

O Deputado **Rui Seixas**, do BE, indicou que pretendia dar um esclarecimento sobre as declarações proferidas pela Mesa em relação à sua colega e à substituição da mesma, indicando que a Cristina Neno, por questões de saúde, tinha necessitado de abandonar os trabalhos da Assembleia de Freguesia, encontrando-se em período de substituição pelo Membro seguinte, o David Sher, e que deverá ter existido algum problema de comunicação com a Assembleia de Freguesia, dado que estava a faltar, mas que era uma pessoa dedicada e que estava empenhado nos trabalhos da Assembleia de Freguesia. ----

Relativamente à questão da EMEL, questão já abordada pelo PSD e pelo público, e sendo uma questão que o BE trazia à discussão desde longa data, inclusive tendo escrito artigos sobre o assunto na Revista da Penha de França, concordando que o ordenamento do estacionamento era importante para a Freguesia, e para a Cidade, mas não se tratava apenas de colocar marquinhos no chão, tratava-se também de unir esforços e garantir

um bom serviço de transportes públicos, uma vez que as pessoas serviam-se dos seus carros por não terem um bom serviços de transportes públicos, alertando que com o atraso nas obras do Metro de Arroios as pessoas tinham de se deslocar 2-3km para se poderem deslocar para os seus trabalhos. Referiu que o problema da EMEL não era mitigar o estacionamento durante o dia, dado que as deslocações para os trabalhos libertavam estacionamento durante o dia, mas à noite é que havia um real problema, uma vez que existiam viaturas a mais e lugares a menos, sendo do conhecimento público que eram vendidos mais dísticos do que as reais capacidades das Freguesias, sentindo os moradores que tinham o direito a um lugar sendo portadores de um dístico. Questionava o Executivo quais os mecanismos que pretendiam acionar relativamente à falta de espaços para estacionamento, ou se estariam apenas a aguardar pelas alterações ao Regulamento da EMEL, não sendo da opinião de que as ruas estavam mais livres de carros do que estavam anteriormente. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que pretendia dar duas notas. -----

Referiu que os esclarecimentos já prestados sobre a EMEL abarcavam os assuntos abordados. -----

Relativamente ao Vale de Santo António, e aos terrenos municipais onde já existissem compromissos autorizados e licenciados pela CML, indicou que a CML não delegava na Junta de Freguesia a desmatação dos mesmos, e como tal nem o Vale de Santo António nem o Vale de Chelas faziam parte do Protocolo que a Freguesia ia receber, continuando a Junta a insistir junto da CML para que fizesse a limpeza dos mesmos, sendo a Junta da opinião de que a mesma devia ser feita de 6 em 6 meses, desconhecendo se o terreno, que era bastante acidentado, alguma vez tivesse sido algo de uma limpeza de grandes dimensões como a que tinha sido feita. Dito aquilo, indicou que a Junta insistia sempre, e pedia regularmente, a limpeza dos terrenos. -----

Relativamente à questão da Praça Paiva Couceiro, indicou que as redes que lá se encontravam estavam a proteger o crescimento das plantas, mas iriam colocar uma vedação de ferro definitiva, não havendo outra forma de proteger as ervas, uma vez que as pessoas continuavam a estragar e a Polícia Municipal nunca poderia lá estar lá 24h

por dia, sendo necessária a proteção das plantas para que as mesmas pudessem crescer, sendo as vedações plásticas provisórias. Confessou, de observar apenas, que nunca tinha visto a Praça Paiva Couceiro tão verde, sendo necessário continuar a protegê-la porque caso contrário rapidamente a situação se iria inverter. -----

----- **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

Informação Escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de 1 de maio a 31 de julho e Informação Financeira de 1 de janeiro a 31 de julho

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, indicou, como seu hábito, que se colocava à disposição para prestar esclarecimentos, sem prejuízo de dar posteriormente informações que fossem suscitadas, e reportando-se ao indicado pelo Deputado Afonso Costa, as Informações diziam respeito a um período de verão que tinha as suas atividades regulares próprias da estação e que nem sequer eram abrangidas por aquele período. -----

O Deputado *Afonso Pereira Costa*, do PSD, indicou eu tinha apenas meia dúzia de questões, até porque aquela Informação Escrita era quase um copy-paste da anterior, com exceção das atividades. -----

Relativamente à Higiene Urbana, referiu que era necessário terem um pouco de atenção quando escreviam a indicar que passavam todos os dias, dando de barato que ao domingo não funcionava, mas diziam que a varredura era realizada todos os dias em 13 cantões, colocando mais à frente, o número de passagens, o que acabava quase por ser ridículo, sem que houvesse a certeza de terem ou não passado, mas ao menos que colocassem os números a bater certo, reportando-se num lado a 90 dias, retirando os domingos ficavam cerca de 80 dias e depois colocavam apenas 55 dias de varredura, solicitando que acertassem os números entre a parte introdutória com as passagens nos cantões para que não ficassem com uma ilusão errada, dado que a ilusão não era nenhuma, uma vez que passavam todos os dias na rua e viam o estado em que estavam, considerando a ficha das intervenções, escrita provavelmente pelo Posto de Limpeza, mais fidedigna do que a informação introdutória escrita pelos serviços Administrativos da Junta. Concluiu que bastava andar na rua para ver que não varriam todos os dias. -----

Relativamente às lavagens, pelo que se recordava, naquele ano ainda não tinha havido um período de seca muito grande, e como tal não compreendia como podiam ter havido apenas 12 lavagens naqueles três meses (maio, junho e julho), sendo da opinião que eram muito poucas para uma Freguesia da dimensão da Penha de França, e nos dias que corriam as pessoas tinham cada vez mais animais domésticos, e mesmo que todos apanhassem os dejetos caninos, a urina ficava espalhada, criando cheiros, sendo bom que lavassem as ruas com maior frequência. -----

Relativamente ao corte de ervas, que era outra situação que não conseguia compreender, o sistema que tinham comprado e colocado na Freguesia, e que pelos vistos não funcionava, algo que já tinha previsto, dado que continuavam a cortar. Referiu que estavam indicados cortes de ervas em 24 circuitos em maio, existindo 60 num total, 12 em junho e 24 no mês de julho, mas tendo em conta que o corte de ervas devia ser feito de 15 em 15 dias, sabendo ser uma carga grande para a Junta de Freguesia, mesmo que o corte fosse feito de 3 em 3 semanas para fazer a rotatividade de toda a Freguesia, havendo Freguesias que o conseguiam fazer, admitindo que mesmo uma vez por mês em todos os circuitos já não era mau, podiam dizer que ficava mais caro porque para tal eram precisos mais recursos humanos visto não haver um método eficaz de corte de ervas como havia com o glifosato, o que não deixava de ser verdade, mas para quem tinha 1 milhão e 800 mil euros na conta, pensava que era possível contratar pessoal para o corte de ervas e caso não conseguissem, podiam fazer o que estavam a fazer com bastante frequência, que era o outsourcing, já que todos os serviços da Junta, exceto os Serviços Administrativos e a Higiene Urbana era realizado via outsourcing, devendo existir bastantes empresas que cortavam ervas com facilidade, sendo esse o caminho que a Junta levava, não sendo o PSD contra o outsourcing, apenas defendiam um modelo diferente para a Junta, e não faziam outsourcing em áreas específicas da Junta, mas dado que não tinham a capacidade, nenhuma outra solução era mais simples, e depois era ter fiscais a ver se funcionava ou não, e caso funcionasse mal era só aplicarem as penalizações previstas no contrato, ou então deviam apostar na higiene a sério e colocar mais pessoas na rua. -----

Relativamente às Atividades Económicas, via indicado o Penha Empreende, e não era embirração sua, mas a informação trimestral era quase sempre igual. Questionou quais eram os resultados concretos daquele programa, dado que na Informação Escrita não os especificava, mencionando apenas que haviam 13 empreendedores que recorriam à consultadoria na área do empreendedorismo, com apresentação a possíveis investidores e elaboração de planos de negócio. Perguntou há quantos anos andavam a elaborar planos de negócio. Indicou que não via qualquer evolução no projeto e solicitou que a Senhora Presidente desenvolvesse mais sobre o Programa, dado que o Projeto já tinha 4 anos de existência, e já deviam de existir já dados concretos, sugerindo que trouxessem alguém que explicasse o que o seu negócio tinha evoluído com o Penha Empreende, o que tinha conseguido desenvolver, que fundos ou financiamentos é que tinha adquirido, e também conhecer o rosto de quem fazia o Penha Empreende, uma vez que não sabia quem era. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, relativamente à questão da Higiene Urbana, referiu que a Junta não estava encaminhada para a contratação de empresas para fazer o corte de ervas, mas indicou que a máquina de monda térmica tinha estado avariada, mas depositava alguma esperança no sentido de ter mais tempo entre passagens do que com o corte mecânico, mas confessava que não era fácil, uma vez que não havia uma solução boa, ou equivalentemente boa ao glifosato, em termos de resultados, mas a Junta iria continuar a tentar. -----

Relativamente às varreduras, referiu que todos os dias havia varredura, não necessariamente em todos os cantões, estando excluídos sábados, domingos e feriados, havendo sempre aquela advertência que era necessária fazer de que nem todas as ruas tinham o mesmo volume de movimento e como tal nem todas as ruas tinham o mesmo número de passagens, e daquele ponto de vista a época do verão era sempre complicada, uma vez que a chuva sempre ia ajudando, apelando a Junta, sempre, ao civismo dos cidadãos, o que também ajudava bastante. -----

Relativamente ao Penha Empreende, referiu que o Penha Empreende ajudava empresas a nascer, tratando-se de um ciclo, eram ajudadas no seu início de vida, mas pela referido achava que poderia ser elaborada uma brochura com uma relação de todas

as empresas e negócios que já tinham passado pelo Penha Empreende, sobretudo aqueles que tinham sido bem sucedidos, mas também os que não tinham sido bem sucedidos, porque na questão do empreendedorismo eram ambos importantes, uma vez que se nunca tentassem nunca iriam conseguir singrar. -----

Indicou que pretendia dar conhecimento à Assembleia, relativamente à execução do Orçamento, que a receita estava nos 53% e que a execução da despesa estava nos 27%. -

O Deputado **Afonso Pereira Costa**, do PSD, indicou que o PSD não pretendia que a Junta pusesse em outsourcing o corte de ervas, sendo da opinião de que a maioria das atividades da Junta deviam ser efetuadas pela própria Junta, nomeadamente o enriquecimento curricular, a componente de apoio à família, tendo sido o PSD que os tinha introduzido na antiga Freguesia de São João. Indicou que tinha apenas sido uma sugestão, dado que o PSD nada tinha contra o outsourcing, nem contra o capitalismo, mas se achavam que a Junta não tinha capacidade para o fazer, ou que era incompetente para o fazer, então que fizessem outsourcing, mas esperava que não. -----

Deixava só aquela nota, uma vez que não estava a mentir, e leu o indicado na Informação Escrita “*a varredura está a ser realizada todos os dias em 13 cantões*”, sendo depois enunciados os referidos cantões, que não ia ler, mas lia apenas os dois primeiros “*O cantão Teixeira Pinto teve 77 passagens*” e o cantão imediatamente a seguir, que também era varrido todos os dias, o cantão Barão de Sabrosa, tinha sido varrido apenas 55 vezes, não batendo a bota com a perdigota entre o indicado e o mapa de varredura. Referiu que nunca saberiam se a varredura era ou não feita todos os dias, uma vez que não andavam atrás dos cantoneiros, e a Junta podia dizê-lo quantas vezes quisesse, mas a verdade era que as ruas da Freguesia estavam sujas, indicando que o mapa de varredura devia de estar correto, uma vez que a Barão de Sabrosa estava, muitas vezes, uma “*imundice*” terrível, sendo uma zona que frequentava com bastante frequência, e tinha pena. -----

Relativamente ao Penha Empreende, concordou que uma informação sobre o projeto e a presença de uma pessoa que tivesse tido sucesso, seria um bom, e era óbvio que os empreendedores não tinham sempre sucesso, sendo que apenas em Portugal é que se achava que por alguém levar uma empresa à falência estava para sempre excluída de

voltar a ser empreendedor ou empresário, porque em países desenvolvidos e em países onde o capitalismo funcionava a sério, o normal era falhar antes de ter sucesso, uma vez que era através da experiência que se conseguiam ter negócios de sucesso. -----

----- PUNTO NÚMERO CINCO -----

Proposta 32/2019 – Contrato de Delegação de Competências – Manutenção de Espaços Verdes e Áreas Expectantes Municipais

A Proposta obteve a seguinte votação: -----

	PS	PSD	PCP	BE	CDS/PP	PAN
Votos a favor	7	3	-	1	1	1
Votos contra	1	-	2	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	--

A Proposta nº32/2019 foi **Aprovada por Maioria** -----

----- PUNTO NÚMERO SEIS -----

Proposta 33/2019 – 4ª Revisão ao Orçamento e às Opções do Plano para 2019

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que a Proposta decorria da Proposta anterior, e uma vez que a mesma tinha sido aprovada, era necessário incorporar no Orçamento da Junta o valor proveniente do Protocolo de Delegação de Competências, e como tal era apresentada a Proposta que só ficaria prejudicada se a anterior tivesse sido rejeitada, e não tendo sido o caso, era colocada a aprovação da proposta de incorporação de verbas no orçamento à consideração da Assembleia. -----

A Proposta obteve a seguinte votação: -----

	PS	PSD	PCP	BE	CDS/PP	PAN
Votos a favor	8	3	-	1	1	1
Votos contra	-	-	2	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	--

A Proposta nº33/2019 foi **Aprovada por Maioria** -----

PONTO NÚMERO SETE

Proposta 34/2019 – Relatório Semestral sobre a Situação Financeira da Junta de Freguesia no período entre 1 de janeiro e 30 de junho

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, indicou que o Relatório era claro e que não apontava nada ao exercício semestral da Junta. -----

O *Senhor Presidente em exercício da Mesa da Assembleia*, constatando não haver mais intervenções, colocou à votação a Ata-Minuta da presente Reunião, que foi aprovada por unanimidade, e deu por encerrada a Sessão, pelas vinte e duas horas e vinte e seis minutos, da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por mim, funcionário desta Autarquia, pela Presidente, pelo Primeiro e pelo Segundo Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia de Freguesia. -----

O Funcionário



Alexandre Ribeiro

A Presidente em exercício da Mesa da Assembleia de Freguesia



Nuno José Simões Carvalho

O Primeiro Secretário em exercício da Mesa da Assembleia



António Neira Nunes

O Segundo Secretário em exercício da Mesa da Assembleia



João Carlos Ventura Ramos